



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1753/07	DATA: 10/10/2007
INÍCIO: 14h29min	TÉRMINO: 16h06min	DURAÇÃO: 1h37min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h36min	PÁGINAS: 44	QUARTOS: 20

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Diretor de Relações Institucionais da Schincariol.

SUMÁRIO: Oitiva de testemunha arrolada pelo Deputado José Carlos Araújo, Relator da representação contra o Deputado Olavo Calheiros.

OBSERVAÇÕES

Há termos ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 20ª reunião.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, gostaria que o senhor dispensasse a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Os que forem favoráveis à ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do Dia

A presente reunião tem por finalidade a produção de prova testemunhal com a oitiva do Sr. José Domingues Francischinelli, testemunha arrolada pelo Deputado José Carlos Araújo, Relator da representação instaurada contra o Deputado Olavo Calheiros.

Comunico a presença do advogado do Deputado Olavo Calheiros, o Dr. José Frago Cavalcanti.

A respeito do depoimento da testemunha, temos alguns esclarecimentos a fazer ao Plenário. De acordo com o que dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética, inicialmente, será dada a palavra ao Relator, Deputado José Carlos Araújo, depois da apresentação da testemunha, para as perguntas que poderão ser feitas neste momento e a qualquer momento que for necessário. Após a inquirição inicial, será dada a palavra ao representado ou seu procurador e posteriormente aos Deputados inscritos para argüir a testemunha.

Inicialmente, a testemunha, o Sr. José Domingues Francischinelli, fará uma breve apresentação e posteriormente o Relator fará suas perguntas.

Está com a palavra o Sr. José Domingues Francischinelli.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Boa-tarde. Estou aqui representando a Schincariol. Estou na empresa há 21 anos. Sou Diretor de Relações Institucionais e estou à disposição dos senhores para contribuir com o que for necessário para esclarecer essa representação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Relator, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, senhor convidado, representante da empresa Schincariol, Sr. José Domingues Francischinelli, senhor advogado do representado, José Fragoso, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, primeiro, quero agradecer ao representante da Schincariol pela gentileza de atender ao convite formulado por este Conselho. Com os muitos questionamentos que pretendo fazer espero esclarecer os fatos que estão na representação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nobre Relator, antes que inicie as perguntas, há um termo de compromisso que a testemunha deverá assinar, que diz o seguinte: *“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 5, de 2007, Representação nº 12, de 2007, instaurado contra o Deputado” (...)*

V.Exa. pode continuar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Devo esclarecer que o grupo Schincariol não está sendo investigado. Buscamos a colaboração da imprensa e agradecemos, por intermédio de V.Sa., a alteração do grupo por isso. Vossa colaboração é de fundamental importância para nós, Conselheiros, que estamos a examinar o processo movido pelo PSOL em desfavor do Deputado Olavo Calheiros, baseado nas denúncias publicadas pela imprensa envolvendo o Senador Renan Calheiros.

A reportagem afirma que os negócios do Senador Renan Calheiros e do Deputado Olavo Calheiros se entrelaçam. Nossa incumbência aqui é tão-somente investigar as acusações que pesam sobre o representado, o Deputado Olavo. Não nos cabe investigar qualquer outro membro da família Calheiros, muito menos o Senador Renan Calheiros. Da mesma forma, não compete ao Senado investigar o Deputado Olavo Calheiros. Os processos são independentes.

Antes de entrar nos questionamentos específicos, pergunto se V.Sa. quer fazer algum comentário, alguma abordagem sobre o teor da matéria publicada pela



revista *Veja*, edição nº 2016, de 11 de julho, em relação aos negócios realizados pela empresa Schincariol.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Com relação a essa publicação da revista *Veja*, já fizemos um livro, onde colocamos todos os esclarecimentos da parte da Schincariol. Acredito que esse livro, que passo às mãos do Presidente e também do Sr. Relator, esclarece todos os pontos. Se, evidentemente, restar alguma dúvida, estamos à disposição. Repetindo: nesse livro que apresentamos ao Presidente e ao Relator esclarecemos todos os fatos narrados na reportagem. Se persistir alguma dúvida, estamos aqui à disposição para contribuir para os esclarecimentos necessários.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Caso V.Sa. entenda que alguma informação, alguma resposta a ser dada está protegida pelo sigilo de mercado, por favor, nos avise, para que possamos solicitar ao Presidente para colhermos sua resposta em reunião reservada, se for o caso.

Os questionamentos que pretendo fazer eu dividi em 2 blocos. O primeiro bloco é sobre a compra da empresa Conny pelo grupo Schincariol. Quando — e, se possível, especificar as datas —, começaram a se desenvolver os estudos que resultaram na compra, em abril de 2006, pela empresa Conny? Quais os estudos de mercado que foram feitos?

Farei um bloco de 3 perguntas para não ficarem muitas perguntas juntas e alguma ficar sem resposta. Eu farei 3 perguntas, o senhor responde às 3, e daí eu faço mais 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só vou interromper para a assinatura do termo de compromisso. Volto a repetir:

Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 6, de 2007, Representação nº 13, de 2007, instaurado contra o Deputado Olavo Calheiros.

Sala das reuniões, 10 de outubro de 2007.

Sr. José Domingues Francischinelli, que neste ato representa a Schincariol.

Está com a palavra novamente o Sr. Relator.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. José Domingues Francischinelli, quando — se possível, verificar as datas — começaram a se desenvolver os estudos que resultaram na compra, em abril de 2006, da empresa Conny? Quais os estudos de mercado que foram feitos? Como foi feita a avaliação da empresa? Se V.Sa. quiser responder às 3... Se quiser, eu faço mais perguntas e o senhor responde a todas de uma vez. Como é que o senhor prefere?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Eu prefiro responder a essas 3.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois não.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - No segundo semestre de 2004, aliás, de 2005, os diretores da área industrial da Schincariol percorreram cerca de 14 fábricas de refrigerantes no País. Dessas 14 fábricas, 8 estão situadas no Norte e Nordeste. Só vou citar as fábricas que a Schincariol fez contato para aquisições: Snacks Produtos Alimentícios, de Benevides, Pará; Cervejas e Refrigerantes Belco S/A, Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco; RC Cola, Macaíba, Rio Grande do Norte; Maiorca - Indústria de Bebidas, entroncamento de Dias D'Ávila, Bahia; Amazonas Refrigerantes, Manaus; Monteiro Refrigerantes, Fortaleza; e Mais Sabor, em Fortaleza. Inclusive, tem o nome das pessoas que foram contatadas. O que acontece com a Schincariol é que ela tem, no Nordeste, uma participação no mercado maior do que nas Regiões Sul e Sudeste. A Schincariol tem, no Nordeste, cerca de 35% de participação no mercado na Bahia, 42% em Pernambuco... Em 1997, a Schincariol fez a primeira fábrica fora de Itu, em Alagoinhas, na Bahia. Depois, em 2000, fez uma fábrica em Recife, em Pernambuco. Em 2002, uma fábrica em Caxias, no Maranhão; em 2005, uma fábrica em Benevides, no Pará. Adquiriu, em 2006, a Conny. Adquiriu agora, em junho de 2007, em Pernambuco, a fábrica Igarassu. Está fazendo uma fábrica cuja inauguração se dará em final de novembro, começo de dezembro, em Horizonte, Ceará. O que acontece? A Schincariol busca no Norte e Nordeste a capacidade para produção, porque lá tem demanda para seus produtos, enquanto aqui, no Sul, ela tem dificuldade em alguns Estados — e aqui, no Sul, nós estamos buscando trazer marcas que agreguem valor, que agreguem participação no mercado. A Schincariol, além dessas aquisições da Conny e da Igarassu, no Nordeste, adquiriu a marca



Baden Baden — acho que é do conhecimento de todos — em Campos do Jordão, e a marca, no Rio de Janeiro, Devassa. Então, nós temos essas aquisições recentes. O que a Schincariol buscou nessas aquisições da marca Devassa e Baden Baden? Trazer, agregar marca ao seu portfólio. Estudo de mercado. Como eu já disse, no Nordeste, a Schincariol, na aquisição da Conny, não objetivou a compra de marca, e sim capacidade instalada. Veja que, com a própria aquisição da Conny, que ocorreu em abril de 2006, a Schincariol, ainda em 2007, mesmo fazendo uma fábrica em Horizonte, no Ceará, adquiriu uma outra fábrica em Recife, Pernambuco. Então, no caso, para essa aquisição da Conny e a aquisição da Igarassu, foi adquirida a capacidade instalada. Quanto à avaliação, a Schincariol tem um Departamento de Engenharia, que cuida das construções de fábricas e faz avaliações nas eventuais aquisições de ativo. A avaliação feita pelo Departamento de Engenharia da Schincariol atribuiu que o valor da transação estava adequado. Quero esclarecer que nos primeiros contatos feitos, em mais ou menos janeiro, fevereiro de 2006, a pedida inicial dos vendedores foi na ordem de 38 milhões. Depois foram feitas negociações, avaliações. No fim, chegou-se ao valor de 27 milhões. Valor esse de que foi descontada depois a dívida que a empresa tinha, o que resultou no valor líquido final de 17 milhões, 700 mil e uns quebrados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu vou fazendo na seqüência, para que tenha uma resposta também na seqüência, para que possa fazer um juízo melhor. Logicamente, todas as instâncias da Schincariol foram consultadas para a aquisição. É uma decisão que vem de cima para baixo.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Foi contratada alguma consultoria externa para proceder à avaliação?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Nesse caso, especificamente, não. Não é tão difícil avaliar uma fábrica, porque ela tem uma área construída, tem um terreno, os equipamentos, as instalações. A Schincariol montou cerca de 10 fábricas nos últimos 10 anos. Então, não há nenhuma dificuldade em fazer a avaliação de uma fábrica. O departamento de engenharia e o departamento técnico têm uma afinidade com esses dados. Não há necessidade.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor me respondeu a uma pergunta que eu iria fazer, eu vou desdobrá-la. O senhor me disse que outras fábricas foram sondadas e outras fábricas foram compradas. Essa de Pernambuco tem alguma similaridade com a que foi comprada em Maceió?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Digo, na linha de montagem, o engarrafamento, a capacidade?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Essa fábrica de Pernambuco é uma fábrica de cervejas. A fábrica da Conny é exclusivamente de refrigerantes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E qual foi a fábrica que tem alguma similaridade com essa, com alguma delas?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - De refrigerantes, nenhuma.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nenhuma. Mas essa foi a única de refrigerantes que foi comprada.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Que foi comprada. Inclusive, o valor da fábrica de cervejas que a Schincariol adquiriu é próximo a 10 vezes o valor noticiado pela reportagem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor me responde: uma fábrica de refrigerantes vale mais ou menos do que uma fábrica de cervejas?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Depende do tamanho, depende dos equipamentos. No caso, a fábrica da Conny vale menos do que a fábrica de Igarassu. Porém, a fábrica de Igarassu, repito, o valor constante da reportagem é um décimo, praticamente, do valor real pago.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Como o Grupo Schincariol chegou até a empresa Conny? De quem partiu a iniciativa que resultou na venda ao Grupo? Foi a Schin que procurou a Conny, ou aconteceu o contrário?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Um fornecedor de equipamentos da Schincariol, sabendo que a Schincariol estava interessada, sinalizou que provavelmente a Conny poderia estar à venda. A partir daí, foram feitos os contatos, e, depois de cerca de 60, 70 dias, a transação foi efetivada.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Os contatos foram feitos com o Deputado Olavo Calheiros?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Os contatos foram feitos com o proprietário da empresa, o Deputado Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Bom, qual o valor exato que o Grupo Schincariol pagou pela empresa? Eu vi aqui que o preço inicial pedido foi de 38 milhões; o preço oferecido foi de 27 milhões; e resultou, abatendo-se as dívidas, em 17 milhões líquidos, que foram repassados para o proprietário. Tinha dívidas com o Fisco Federal, com o INSS, ou financiamento com BNDES?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - O senhor me dá um segundo, que eu tenho alguma coisa sobre isso. *(Pausa.)*

O valor da aquisição, o valor base da avaliação da empresa: 27 milhões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Isso.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Daí, havia dívidas com fornecedores, obrigações tributárias (590 mil)...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Essa dívida estava em atraso?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Tinha alguma coisa em atraso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Qual era a situação da empresa Conny na época? Era de solvência? Ou ela estava estável?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Ela tinha boas instalações, instalações adequadas. Ela tinha condições, sim, de sobreviver. Eu imagino que sim. Agora ela tinha algumas dívidas. Essas dívidas foram assumidas pela Schincariol, e imediatamente, com a assunção da empresa pela Schincariol, essas dívidas foram liquidadas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Bom, então o senhor, na verdade, pagou líquidos 17 milhões e 700 mil. É isso?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Exatamente: 17 milhões, 745 mil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Exatamente. Esse valor foi em *cash* ou em 36 meses? Porque diz aqui 8% na hora — parece-me.



O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não, não. O valor da transação líquida foi de 17 milhões, 745 mil; 20% no ato, 3 milhões e 500 mil, praticamente. O restante, em 36 parcelas equivalentes a 2% do saldo (2% de 17 mil) e um pagamento final no 37º mês de 8%. Todas essas parcelas são corrigidas pela metade da variação do INPC e metade da variação do IGP-M. Queremos esclarecer que na época da transação a taxa referencial básica do Banco Central era de...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - IGP-M?!

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - No caso aqui IGP-M e INPC. E a taxa básica referencial do Banco Central então estava em 15,75%. Então, eu acho que poderia... Se houvesse a intenção de beneficiar alguém, não precisava usar esse índice de correção.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. José Domingues, eu queria saber o seguinte. Se trouxesse para valor real o que foi pago, pelo que entendi, as 36 prestações que já foram pagas...

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não, nós estamos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Metade da dívida já foi paga.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - A última parcela de 8% vai vencer no dia 20 de julho de 2009. Trazendo para o valor presente essa aquisição, o valor de 27 milhões cai para 25 milhões e 200 mil, usando como base a deflação desse valor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A deflação com os mesmos índices do IGP-M e INPC?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Comparando IGP-M e o INPC com a taxa básica do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Se trazer isso para o valor real de mercado, cairia de 25 para uns 23 milhões, é isso?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não, não. De 27 cai para 25 milhões 208 mil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim, usando essa taxa do IGP-M. Mas se usarmos a taxa praticada pelos bancos, a de juros — eu fiz uma conta — daria 24 e alguma coisa.



O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim, se for uma taxa real de mercado, mercado financeiro, reduziria mais ainda esse valor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ok. As condições de pagamento eu já perguntei; o real desembolso, também. O que resta a ser pago são as prestações — só 36. O que já foi pago... Vai acabar a última em...

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - A última vai terminar, a parcela final, 37º mês da compra: vai terminar no dia 20 de junho de 2009.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Qual o montante e a natureza das eventuais dívidas assumidas pelo grupo e junto a quais órgãos?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - A maior dívida que tinha foi o financiamento que a empresa obteve junto ao Banco do Nordeste, e essa dívida foi assumida pela Schincariol. No dia da operação, essa dívida era 7 milhões, 785 mil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O que garantia essa dívida?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Eram os imóveis, a própria fábrica e mais imóveis particulares do vendedor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A Schincariol substituiu as garantias?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Hoje, a fábrica... Só o próprio valor da fábrica é suficiente para garantir essa dívida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas, na época, o Banco do Nordeste não aceitou só a fábrica; exigiu outros imóveis. Quando a Schincariol assumiu, só a fábrica garantiu?!

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não. Permanecem ainda uns imóveis do vendedor como garantia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mesmo a fábrica não sendo mais do Deputado Olavo Calheiros, os seus bens ainda servem de garantia para a Schincariol. É isso?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não foi dada a baixa, mas o valor da dívida hoje, tendo em vista os pagamentos já efetuados, o valor da fábrica é suficiente. Não foram baixados ainda os bens do Olavo como garantia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A fábrica tinha dívida com o INSS?



O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Nós temos aqui uma certidão do INSS.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E da Receita Federal?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Da Receita, a empresa não tinha essa dívida do INSS. A empresa discute junto ao INSS.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não estou falando da Schincariol; estou falando da Conny.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Ah! a Conny?!

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Na Schincariol vou chegar depois.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não. A Conny... Eu não posso precisar para o senhor aqui. Deixa eu ver na relação se está aberto. Obrigações sociais tem uma, há débito de obrigações sociais...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Da Conny?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Havia um débito de obrigações sociais. Pode ser.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Foram quitadas?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Foram quitadas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela Schincariol?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Pela Schincariol. Todos os débitos existentes no passivo da Conny foram liquidados. Não há mais nenhum débito. Logo no mês de maio ou junho de 2006, apurado o valor real, esses débitos foram liquidados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O único débito que tinha com banco era com o Banco do Nordeste. O BNDES não tinha nada?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - O Banco do Nordeste era um repassador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Repassador?!

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Do BNDES.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então foi empréstimo com repasse do BNDES; não foi diretamente do Banco do Nordeste.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então tem 2 tipos de empréstimos: o do Banco do Nordeste, como agente repassador, e o...

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não foi do Fundo do Desenvolvimento do Nordeste; foi um repasse do BNDES.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Qual o valor que a empresa Conny está contabilizado no balanço patrimonial da Schincariol?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Como investimento na Schincariol... O investimento que a Schincariol fez e registrou nos seus livros foi o investimento líquido de 17 milhões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Bom, o senhor registrou 17 milhões, o que pagou.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E essa diferença de 17 para 27, quando foi lançada na Schincariol?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Como a Schincariol assumiu a dívida da empresa, ela precisou capitalizar a Conny para ter recursos suficientes para pagar esses valores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então foi aumentado o capital da Conny.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Foram transferidos recursos da controladora para poder pagar esses débitos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ok. A Conny, hoje, é auto-suficiente?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - No caso da Conny, nós conseguimos... A Schincariol não deu continuidade à produção dos refrigerantes marca Conny. Então nós obtivemos junto ao Ministério da Agricultura a extensão dos registros dos refrigerantes Schincariol. Com relação à bebida mista que depende do registro no Ministério da Saúde, a extensão do registro desses produtos demorou 7 meses. Então isso atrapalhou um pouco. Mas hoje a Conny, que na época tinha cerca de 65 funcionários, hoje já tem cerca de 100 funcionários, com previsão de aumentar para 110. E ela já está atingindo um ponto de equilíbrio, já está sendo auto-suficiente.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, geralmente os Deputados se queixam de que os Relatores tomam todo o tempo e todas as perguntas. Eu não quero incorrer no mesmo erro. Farei apenas 2 perguntas, e, depois, no final, cederei a palavra ao Deputado Dagoberto, que está para viajar, para fazer as suas perguntas. Mas eu queria fazer mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. pode fazer perguntas a qualquer instante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois não. O senhor conhecia o Deputado Olavo Calheiros antes da transação?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E o Senador Renan Calheiros?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Eu fui apresentado para o Senador Renan Calheiros no corredor do Senado — acho que foi logo depois da transação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A Schincariol usou o Olavo Calheiros, em algum momento, com algum órgão federal, estadual ou municipal, para conseguir benesses ou diminuição de dívidas, de pagamentos de multas ou de débitos com o INSS, Receita Federal, em uma vez?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não, nunca. Na realidade, os débitos que a Schincariol possui são débitos, diria, normais para as empresas do setor. Se o senhor analisar o balanço publicado pela Schincariol e analisar os balanços publicados pelas empresas do mesmo setor, o senhor vai ver que, proporcionalmente, os valores da Schincariol, de contingência, são menores do que os de outras empresas do setor. É só verificar os balanços publicados que vocês vão constatar isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A Schincariol não fez nessa época nenhum acordo com o INSS nem com a Receita Federal?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Absolutamente! A Schincariol não teve, não tem essa dívida. Agora, nós estamos falando das dívidas da Schincariol. A Schincariol está discutindo administrativamente.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, eu não estou discutindo as dívidas da Schincariol. Eu estou querendo saber é se no período... Acho que negócio particular da Schincariol nós não devemos investigar. Não estamos investigando a Schincariol. O que quero saber é se, no período, alguma dívida foi perdoada, ou se foi negociada alguma dívida nesse período, ou relativa à Conny, ou relativa à... A revista insinua que, em função do negócio feito com a Conny, algumas coisas podem ter acontecido em favor da Schincariol. O que queremos saber é se o Deputado Olavo Calheiros teve alguma ingerência junto a algum órgão federal, estadual, municipal para que a Schincariol tivesse diminuído essa dívida. É essa a pergunta.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Absolutamente! A Schincariol não solicitou nenhum auxílio. O Deputado Olavo Calheiros não prestou nenhum auxílio para a Schincariol, objetivando a redução de dívida, parcelamento especial, nada disso. Eu acho que quem conhece bem a Receita Federal, por exemplo, sabe que é impossível fazer qualquer acordo. Nem o Presidente da República tem condições, a menos que ele faça uma lei. O sistema de informatização da Receita e todos os órgãos de tributos no País não têm condições de fazer isso. Acho que uma citação desse tipo não tem procedência. É impossível isso. Reafirmo, categoricamente, que não houve do Deputado Olavo Calheiros, nenhuma ação, até porque a Schincariol tem condições de resolver seus problemas sozinha, não precisa disso — certo? Ela tem o seu corpo jurídico preparado para isso. Está discutindo todos os seus processos na esfera administrativa; tem valores inscritos na dívida ativa de 10 milhões com a Receita Federal. Esses valores estão parcelados no PAES ou estão garantidos por depósito. Não tem nenhum valor inscrito na dívida ativa que seja exigível, porque ou está parcelado ou está em depósito judicial. Então, não tem nada inscrito na dívida ativa que possa ser exigido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu só gostaria de perguntar ao Dr. José Fragoso se S.Sa. abriria mão das perguntas para o Deputado Dagoberto, porque ele é Relator de outra matéria em outra Comissão. Ele precisa se afastar. *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Deputado Dagoberto, por favor.



O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Dos impostos estaduais, o senhor fez alguma negociação antes dessa transação?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - De impostos estaduais do Estado de Alagoas?

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Isso.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - A empresa Conny já tinha incentivos fiscais, incentivos fiscais normais que são concedidos.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Não. Eu pergunto sobre a Schincariol.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim. A Schincariol não, absolutamente.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Não tinha dívida em relação a ela?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não tinha dívida. Não tem dívida com o Governo do Estado de Alagoas. Não houve nenhuma negociação, nada.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Quanto tempo o senhor demorou para colocar essa empresa adquirida em operação?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Bom, foi feita alguma adaptação. Um mês, 2 meses, e ela começou já a produzir. E nós estamos transferindo a produção de uma bebida mista — transferimos, aliás —, o que depende da autorização da ANVISA para essa fábrica para atender todo o Nordeste.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - O Relator já perguntou em relação à avaliação de mercado. O senhor disse que isso foi feito internamente. Mas não tem nenhum documento que prove que o senhor fez algo com imobiliária, que o senhor buscou qualquer coisa que pudesse dar subsídio em relação a essa avaliação?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Essa avaliação — acho que no *book* consta — tem uma cópia do relatório de avaliação com todos os preços, com preço por metro quadrado de construção, de terreno e a relação dos equipamentos. É só fazer uma pesquisa junto aos fornecedores, por exemplo, desses equipamentos, para confirmar os valores citados.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Porque ela denuncia que o senhor comprou essa fábrica por 27 milhões e que ela detinha do mercado nordestino 0,1%. Uma outra empresa tinha 10% e foi negociada por 30 milhões. Por que uma que



vendia 0,1% valia a mesma coisa que uma que vendia 10%? Qual é a explicação, na área do senhor, para isso?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Bom, nós já fizemos uma colocação: que no Nordeste nós compramos capacidade instalada. Então, a marca Conny foi descontinuada. Nós não tínhamos interesse na marca Conny. Nós usamos essa fábrica para fabricar refrigerantes da marca Schincariol. O importante para nós foi a capacidade instalada de 480 mil hectolitros/ano.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Não. Eu pergunto ao senhor: por que o senhor não comprou então a Igarassu, que já detinha 10% do mercado, que já era conhecida e que comercialmente era muito mais próspera do que a outra?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Primeiro, a Conny é uma fábrica de refrigerantes. Segundo, a Igarassu é uma fábrica de cerveja. Terceiro, a Igarassu não tem 10% do mercado. A Igarassu tem 6% da Grande Recife, 3,2% de Pernambuco e 0,1% do mercado nacional. Então, são coisas diferentes. O valor da Igarassu, eu já disse aqui que o valor noticiado pela revista é...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Não são esses 30 milhões? Ela vale mais do que 30 milhões?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - O valor de Igarassu foi 10 vezes mais. O que a Schincariol pagou, cerca de 30 milhões, está na revista, é a Baden Baden. A Baden Baden não tem nem prédio próprio, mas tem uma marca. Para nós aqui, nós compramos marca. Um outro aspecto. A transação com a Conny foi tão transparente que nós não tínhamos obrigação de abrir para o CADE o valor da transação. Nós tínhamos o direito de pedir sigilo, mas nós colocamos normalmente ao CADE o valor da transação, com todos os detalhes. Nós tínhamos que informar ao CADE, mas também pedir sigilo. Mas nós nem pedimos sigilo porque não há o que esconder.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - O que fica para nós, em função dessas denúncias todas, é por que é que se chegou a esse valor, que é tido como valor alto. Tanto é que nós vamos apurar. Quero lhe comunicar que a gente poder fazer todos esses levantamentos. Qual é o objetivo nosso aqui? É saber se de fato a família do Renan Calheiros teve algum benefício nessa venda, porque é uma venda, em tese, fictícia, para poder levantar dinheiro. É só isso que nós estamos apurando. Então,



qual o principal objetivo da compra de uma empresa de refrigerantes para depois transformá-la numa de cerveja?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não, nós não vamos transformar essa empresa numa de cerveja. Ela continua fabricando os refrigerantes Schincariol e bebida mista. O problema é que a nossa fábrica de Recife não admite ampliação, não há condições. E a Schincariol tem 42% do mercado de Recife. O ano passado, só para entender o mercado de Pernambuco, a Schincariol fez até acordo com uma outra empresa para engarrafar produtos, que eu prefiro, por uma questão de sigilo, não revelar aqui. Então, o senhor vê que a Schincariol tinha necessidade de capacidade. O senhor vai dizer: *“Mas, espera um pouco! Falta cerveja e você compra uma fábrica de refrigerantes?”*

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Exatamente.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Então, por que comprar uma fábrica de refrigerantes? Porque as linhas são mais ou menos, a partir do engarrafamento, as linhas são comuns. Então, você separa o refrigerante e usa a capacidade instalada de uma fábrica só para produzir cerveja.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Muito bem. Eu acho que estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dr. José Fragoso, que é o advogado do Deputado Olavo Calheiros, quer fazer alguma pergunta?

O SR. JOSÉ FRAGOSO CAVALCANTI - Sr. Presidente, eu tinha relacionado aqui algumas perguntas, mas todas elas já foram feitas pelo ilustre Relator. Portanto, a defesa está plenamente satisfeita com os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Sandes Júnior.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Sr. José Domingues se a compra da fábrica de refrigerantes da Conny foi um bom negócio para a Schin.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Foi um negócio normal. Vamos analisar seguinte. Por exemplo, se hoje aparecer uma fábrica igual a da Conny no Rio de Janeiro para a Schincariol comprar, a Schincariol não vai comprar. Por quê? Nós temos capacidade ociosa no Rio de Janeiro. Então, quando você



analisa uma aquisição, você analisa o tipo de instalações, a localização, a capacidade instalada e o preço. Ora, reunindo todas essas condições, a Schincariol precisava de capacidade no Nordeste porque tinha deficiência para atender o mercado. A fábrica é nova, e de boa qualidade a construção. Isso vocês podem verificar. Foi distribuído aí um *book* com fotos da fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso será incorporado ao processo.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Tem todas as fotos da fábrica. Então, foi uma situação que nós precisávamos. Da mesma forma, essa pergunta poderia ser estendida: foi um bom negócio comprar a Igarassu? Foi, porque tem uma capacidade instalada, bem localizada, com espaço para ampliação e condições razoáveis.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Vocês cresceram no Nordeste, em termos de venda, com a compra da fábrica de refrigerantes Conny?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Dá licença um pouco? (Pausa.)

Quando a Schincariol instalou a primeira fábrica na Bahia, em 1997, a Schincariol tinha 6,6% do mercado e 3,7% no Nordeste. Hoje, a Schincariol tem 12,6% do mercado de cerveja, e, no Nordeste, tem 35,5%. Com relação a refrigerantes, em 2001 — não tenho dados anteriores —, a Schincariol tinha 1,8% no Brasil e 2,8% no Nordeste. Hoje, tem 2,8% no Brasil e 6,4% no Nordeste. Quer dizer, a Schincariol praticamente quase que triplicou as vendas no Nordeste de refrigerantes, e as de cerveja quase que multiplicou por 10.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Isso significa dizer que a aquisição da Conny contribuiu para vocês subirem de 2,8% para 6,4%?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Eu não diria que com a aquisição da Conny, mas, sim, a Conny ajudou a aumentar a capacidade instalada para atender à demanda no Nordeste.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - O Dagoberto me deixou uma pergunta, porque ele está indo a outra Comissão: se a empresa Conny não fosse da família Calheiros, os senhores a comprariam?



O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim, nós não compramos a Conny da família Calheiros, do Deputado Federal Olavo Calheiros. Nós compramos a Conny do empresário Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - E com relação à dívida de 90 milhões, citada pela revista *Veja*, que foi uma dívida intermediada pelo Senador e perdoada pela Schin? Procede essa informação da revista?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Absolutamente, não procede! Não existe perdão de dívida. Toda dívida que a Schincariol tem está sendo defendida. Não tem essa dívida. Ela cita uma dívida de 100 milhões com o INSS. A dívida que a Schincariol tem, entre todas as fábricas, com o INSS é de 18 milhões, basicamente por responsabilidade solidária, porque a construtora que fez a fábrica de Recife e a fábrica de Alexânia em Goiás, segundo o INSS, não contribuiu adequadamente, não pagou adequadamente todo o valor devido. Essa empresa construtora foi autuada, e a Schincariol se serviu dos serviços dessa construtora — é a responsabilidade solidária. Essa construtora vai se defender, está se defendendo. Se ela perder, ela deverá pagar. Se ela não pagar, o INSS vai executá-la. Se não conseguir receber dela, ele deverá vir contra a Schincariol. Mas isso aí... Gente, a Schincariol pagou 1 bilhão e 600 milhões de reais de impostos sobre vendas no ano passado. Dezoito milhões é dinheiro pra burro! — desculpem a expressão —, porém, dentro da comparação da capacidade da empresa, não são nada. E é uma dívida que não é da Schincariol, basicamente. Há outros pequenos autos da Schincariol, mas nada relevante. E nada que está julgado já administrativamente está inscrito na dívida ativa. Não existe. Eu não sei de onde é, qual é a fonte que arrumou 100 milhões de dívidas com o INSS.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Então, essa dívida, supostamente de 90, que o senhor rechaçou, disse que não existe, ela é de 18 milhões, mas é uma dívida solidária. A Schin deve porque contratou empresas para construir fábricas em Goiás e no Nordeste, e essa dívida de 18, portanto, não é da Schin, ela é solidária com essas construtoras. É isso?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - A Schincariol não... Essa dívida do INSS não é única e exclusivamente decorrente de responsabilidade solidária. Há outros casos, pequenos casos. Há a interpretação, por exemplo, de



taxa de seguro de acidente do trabalho. Às vezes, um fiscal entendeu que a taxa de seguro do acidente de trabalho, a da administração, deva ser a mesma da taxa da indústria. Ora, na indústria há um risco de acidente maior do que na administração. Então, existe não só... A maior parte da dívida é decorrente da responsabilidade solidária. Isso daí está sendo discutido administrativamente. Então, no momento em que houver uma decisão final, vai ser analisado como proceder caso a construtora não pagar. Executar a construtora... E o que for de responsabilidade da Schincariol, não vejo maior dificuldade para a Schincariol honrar esses compromissos.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Minha última pergunta, Sr. Presidente — é o que todos perguntam, talvez —, com certeza absoluta, foi um dos principais motivos que levaram o PSOL a fazer a representação aqui no Conselho de Ética contra o Deputado Olavo Calheiros. Está tudo em cima dessa última pergunta que eu vou fazer: a compra da Conny pela Schin foi superfaturada?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Absolutamente! Não foi superfaturada. E é muito claro: se houvesse qualquer intenção de superfaturamento, não seria feita essa condição de pagamento. Essa condição de pagamento revela a condição de pagamento e a informação prestada ao CADE, sem solicitação de sigilo, eu acho que esclarece e elimina qualquer dúvida.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Então, só para concluir com relação à última pergunta: a aquisição foi feita com 20% à vista?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim, 20% à vista.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Mais 36 pagamentos?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Mais 36 pagamentos de 2%, que resultam em 72%, e um pagamento final, no 37º mês, de 8%.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - E que só terminará em 2009.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Em 20 de junho de 2009.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Estou satisfeito, Sr. Presidente, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, nobre Relator, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Prezado amigo, o senhor acha, então, que as denúncias feitas pela revista são denúncias infundadas?



O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Olha, vamos analisar as denúncias feitas pela revista. Primeiro...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E o superfaturamento?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Claro, não tenha dúvida. Lógico, a Schincariol não faz bonificação, a Schincariol não distribui recursos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A Schincariol fez ou pretende fazer alguma ação contra a revista?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - O departamento jurídico da Schincariol está analisando a questão com muita cautela, com muito cuidado e, evidentemente, deverá tomar as providências devidas na hora indicada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Moreira Mendes.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. José Domingues, eu, apesar de ter chegado um pouco na fase final das respostas aos questionamentos que lhe foram feitos pelo Relator, eu queria que o senhor me explicasse novamente, se for possível, essa relação de preços entre essa empresa adquirida do Deputado, do empresário, como disse o Sr. Olavo Calheiros, e aquela outra empresa de nome Igarassu.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Igarassu.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Por que eu estou fazendo essa pergunta? Muito dela já foi respondido. Tudo isso está baseado numa reportagem da revista *Veja*. Essa é que é a realidade. Toda essa denúncia decorre disso aqui. Num determinado ponto, diz-se: *“Um especialista do setor, ouvido por Veja, diz que se constrói uma fábrica semelhante à da Conny com 10 milhões de reais, menos da metade do que a Schincariol desembolsou”*.

E, aqui, mais abaixo, que a *“Igarassu é maior que a fábrica dos Calheiros e tem 10% do mercado de Pernambuco”*. Eu entendi que, na verdade, a compra da Conny é muito mais, ou exclusivamente, em decorrência da capacidade instalada do que por marca, mercado, essa história toda. Já a Igarassu foi uma questão de mercado. Eu queria que o senhor me explicasse esse detalhe.

No mais, não tenho nenhum questionamento a fazer.



O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Então, vamos separar as coisas. A Conny é uma fábrica de refrigerante com uma capacidade de produção de 480 mil hectolitros/ano situada em Alagoas. A Schincariol pagou — e o valor já foi várias vezes citado aqui, acho que não há mais dúvidas — pela capacidade instalada. Houve descontinuidade, inclusive da marca Conny. Não interessava para a Schincariol a marca Conny. E há muitos casos semelhantes no mercado. Com relação à Igarassu, 2 fatos levaram a Schincariol a adquiri-la. Primeiro, ela tem uma marca Nobel, uma marca interessante que está crescendo no mercado. Porém, essa marca só tem 6,2% da grande Recife, 3,2% do mercado de Pernambuco, e 0,1% do mercado nacional. Também não é nada relevante a participação, o *share* de mercado da Nobel, muito embora tenha um posicionamento bom.

O que a Schincariol adquiriu, no caso, foi a capacidade instalada da Igarassu. O valor... Não dá para comparar o valor de uma fábrica de refrigerantes com uma fábrica de cerveja. Evidentemente, a fábrica de cerveja tem toda aquela linha de engarrafamento e mais a cozinha de fabricação do mosto e a parte dos tanques. Nesse caso, a Schincariol comprou por um valor cerca de 10 vezes maior do que está na reportagem. O valor da transação de Igarassu é cerca de 10 vezes o valor que consta da reportagem.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Dez vezes mais?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Mais. Então, veja, se o senhor analisar a participação de mercado, a citação do valor, quer dizer, tudo isso...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Exatamente essa parte eu não havia ouvido ainda. Quer dizer que, quanto à Igarassu, o valor foi muito maior?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Dez vezes.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Pronto.

Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Isso consta do balanço da Schincariol?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não entendi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A compra da Igarassu por esse valor consta do balanço patrimonial?



O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Claro. Consta no valor do patrimônio. Quando for publicado o próximo balanço da Schincariol, vai citar exatamente essa aquisição, o valor registrado é esse. Inclusive, segundo as condições da Igarassu, foi pagamento à vista, 100% à vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Bom, tenho poucos questionamentos, Sr. Presidente.

Como é a formação do capital da Schincariol?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - O capital da Schincariol é 100% ituano.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Cem por cento ituano?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Cem por cento ituano, da família Schincariol, e totalmente fechado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Suas ações estão presentes apenas no País, apenas no Brasil?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - *O.k.* A estrutura organizacional é uma estrutura ainda familiar ou ela já abriu para uma estrutura mais profissionalizada?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Ela está passando por uma profissionalização. A partir de fevereiro deste ano, foram contratados vários executivos no mercado. O Presidente foi contratado, recrutado no mercado. E os acionistas, os herdeiros, estão indo para o Conselho de Administração. Então, está ela passando por uma profissionalização.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Perfeito.

Então, Sr. Presidente, era apenas uma observação — e já vi ali o nosso Deputado do PSOL, cuja presença é importante para nos ajudar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. José DOMINGUES, também chegando aqui já depois da primeira metade do pronunciamento do Relator, minhas



dúvidas foram retiradas; resta-me apenas fazer um questionamento devido à peça de defesa do escritório jurídico que representa o Dr. Olavo Calheiros.

Ao tratar do tema específico da Schincariol, ele tem uma fundamentação central na defesa e, diante dela, sustenta e tenta rebater todas as acusações, quanto à dificuldade da denúncia feita pelo PSOL, na pessoa do nosso colega Chico Alencar, de que se divulgou notícias e não fatos. Esse é um diferencial que, do ponto de vista jurídico, gera uma relevância muito grande, especialmente para o Conselho de Ética.

V.Sa. apresentou algumas contraprovas. Na verdade, não são contraprovas, porque são notícias, especificamente à questão do CADE.

Aqui, pelo menos na defesa em si, não há entre os documentos citados — são 40 aqui que eu vi... Quando fala do CADE, do procedimento do CADE não consta que está essa documentação no processo.

Pergunto: como foi esse processo no CADE? Há realmente aprovação? O CADE avalizou essa venda?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Toda empresa que tem faturamento maior do que 400 milhões de reais é obrigada a solicitar do CADE autorização quando faz alguma aquisição. No caso, a Schincariol solicitou a autorização do CADE, e o CADE concedeu essa autorização. Quando da solicitação, a Schincariol teria o direito, tem o direito, como qualquer empresa, de prestar as informações para o CADE e pedir sigilo naquilo que entender que se trata de sigilo comercial. A Schincariol, nesse caso, não pediu sigilo nenhum, informou o valor da transação normalmente e não pediu para o CADE manter sigilo. Inclusive a reportagem fez pesquisas junto ao CADE. Foi no CADE que a reportagem se baseou para citar o valor da transação.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas, então, o que eu pondero — e, aí, a crítica é de relevância para a argumentação jurídica no processo — é que o CADE, a instância administrativa competente, avalizou a negociação.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim. O CADE aprovou a aquisição pela Schincariol. Agora, eu não sei...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, no caso de se comprovar qualquer denúncia aqui, até o CADE teria de ser escutado para se saber o porquê



de ter avaliado isso. Então, essa contraprova na instância administrativa realmente é importante.

O Relator confirma se há alguma documentação nesse sentido no processo, porque se for assim, diante disso, realmente, o aval da instância administrativa competente para a avaliação do caso, ela realmente traz um argumento e um convencimento de valor muito grande a respeito da análise e da investigação que todos nós faremos na decisão final.

Era só essa a minha ponderação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - A Schincariol apresentou toda a documentação para o CADE, e o CADE aprovou a aquisição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Efraim, na verdade, o CADE não examina a parte financeira, o valor da compra, e, sim, se não há o monopólio de algumas empresas.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A defesa da concorrência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Exatamente. É isso aí. V.Exa. sintetizou tudo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E não foi encontrado qualquer ato atentatório à concorrência também na compra? O CADE não se pronunciou nesse sentido?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Na defesa que examinei, não. E também não houve nenhum concorrente da Schincariol que tenha protestado contra isso, o que é normal que aconteça.

Na época da AMBEV, que comprou a Antártica e as outras cervejas, houve uma gritaria geral no Brasil quanto a isso. E, nesse caso, eu procurei saber, pesquisei, telefonei, não houve nenhum protesto de sequer um concorrente nesse caso.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Muito obrigado, nobre Presidente.

Antes de fazer as minhas perguntas, eu gostaria de declarar que me debrucei em cima da denúncia e pesquisei, pesquisei e pesquisei.



Eu acho que ao exercermos a nossa atuação como membros do Conselho de Ética, ela foge da questão Situação ou Oposição, Governo ou Oposição. Aqui, o que prevalece é o senso de justiça, a sensibilidade humana. O certo é certo, o errado é errado, quem está certo sabe e sobe, quem está errado... Nós fazemos o nosso trabalho e conduzimos para as barras da Justiça.

E, quando me debrucei, encontrei, desde o nascimento da Schincariol uma história bonita, porque vencer no Brasil, neste País, com tantas e tantas cargas tributárias, é muito difícil. E a Schincariol trouxe essa essência, uma essência de luta, de batalha. Lamentavelmente, o patriarca da Schincariol foi vítima dessa violência que tem ceifado a vida de tantos e tantos inocentes. Apesar de todo o seu poderio econômico, por ser uma pessoa simples, ele se abstinha, não gostava de trabalhar com seguranças e tal, e acabou sendo vítima da violência urbana.

Passado um tempo, policiais federais invadiram as dependências da Schincariol — e, até agora, nada ficou provado no sentido de que essa empresa tenha cometido qualquer ato ilícito, qualquer prática delituosa, que tenha cometido coisas extremamente graves que dessem respaldo à Polícia Federal para invadir, para prender, para colocar o filho do proprietário, já bastante penalizado pela morte do pai, jogando esse empresário, um empreendedor, um rapaz tão jovem, dentro de um camburão, expondo a sua imagem em todo o território nacional.

E eu fui buscando, buscando, passou, e agora vemos novamente a Schincariol na berlinda.

Procurei muito alguma coisa, eu queria alguma coisa mínima, pequena, micro, para que eu pudesse, neste debate, nesta oitiva, poder acusar a Schincariol, e, mais uma vez, não encontrei nada. Eu acho que, em algum momento, este País vai ter de pedir desculpas à Schincariol, que gera milhares e milhares e milhares de empregos em todo o território nacional, diretos e indiretos. Falhas administrativas, quais as empresas que não têm as suas pequenas falhas? O Congresso Nacional tem! O Supremo Tribunal Federal tem! O Ministério Público Federal tem! As falhas existem, mas, a não ser que aconteçam coisas novas, algum fato novo, em algum momento, eu acho que o Brasil deveria pedir desculpas à Schincariol por tudo que tem feito, acreditando no desenvolvimento.



Chegou no Estado do Pará e, em menos de 2 anos, construiu uma grande indústria, onde há um monte de pais e mães trabalhando, ganhando o seu dinheirinho honesto. E olhem que eu não consumidor de Schincariol, eu sou cachaceiro, eu gosto de caipirinha, cachaça, não sou consumidor de cerveja, Sr. Presidente.

E, lá no meu Estado, assim como em tantos e tantos outros Estados, está a Schincariol, com a pura essência brasileira, lutando, desvencilhando-se de todos esses problemas adversos, constrangedores, que ferem, que magoam, que angustiam, que deprimem. E vemos tantas e tantas injustiças cometidas — e não só contra a Schincariol. Muitas e muitas empresas são vítimas hoje dessa situação.

Então, antes de fazer as minhas pequena oitivas, eu gostaria de perguntar ao nobre José Domingues se a Schincariol continua com o seu plano de expansão em todo o território nacional. Se há intenção de, em cada Estado, instalar uma indústria da Schincariol.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Olha, na realidade, a Schincariol está aberta as todas as oportunidades que surgirem no mercado. Nós temos aí, no final de novembro, começo de dezembro, o início da produção de fábrica de Horizonte, no Ceará. E a Schincariol, nesses 2 anos, adquiriu a Conny, adquiriu a Igarassu, a Baden Baden e a Devassa. E está aumentando a produção de refrigerante na fábrica da Bahia, na fábrica do Rio de Janeiro e em São Paulo. Então, nós estamos colocando uma linha de PET, no Pará. Enfim, nós estamos aumentando a capacidade instalada.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. José Domingues, se os senhores não tivessem comprado a indústria Conny, mas fossem construir uma fábrica no mesmo molde da indústria Conny, os senhores gastariam mais, os senhores gastariam menos ou, presumivelmente, gastariam o mesmo valor gasto na construção com aquisição de equipamentos e tudo?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Na realidade, nós temos de considerar esses aspectos. O custo foi analisado um valor da fábrica do jeito que ela estava, uma fábrica moderna, uma fábrica nova, com bons equipamentos. Há um aspecto temporal. Quanto tempo demora para se conseguir uma licença ambiental? Quanto tempo demora para a aprovação de uma planta? Então, isso é demorado.



Para o senhor ter uma noção, somente a extensão do registro de um produto da Schincariol, extensão do registro de um produto, porque do produto já estava autorizada a fabricação, já era de conhecimento da ANVISA, demorou 7 meses. Então, quando se encontra uma boa oportunidade para aquisição de uma fábrica, se há necessidade de capacidade instalada naquela região, deve-se aproveitar, desde que o preço seja o preço normal, e esse foi um preço normal, foi o preço calculado para aquela fábrica, normal, não houve superfaturamento de maneira alguma.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Mas, hoje, em preços, se os senhores fossem construir uma fábrica nos mesmos moldes, com os mesmos equipamentos, os senhores gastariam presumivelmente o mesmo valor, 27 milhões de reais, só que os senhores sofreriam esse tempo aí para liberações de licença e outras coisas mais, ambiental e...

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Uma outra coisa: se nós vamos construir uma fábrica, primeiro, demora, há um prazo para obtenção de licença e um prazo para a construção. Além disso, se vamos construir uma fábrica, digamos, de 30 milhões em 10 meses, desembolsamos 3 milhões por mês. No primeiro mês, temos 3 milhões investidos sem rendimento; no segundo mês, 6 milhões; no terceiro, 9, e assim sucessivamente. Quando se atinge o décimo mês, investiu-se 30 milhões ou assumiu-se compromissos equivalente à parte em que não se usou recursos próprios, e não está produzindo. Comprando uma fábrica instalada, com prazo de 36 meses, o próprio rendimento da fábrica ajuda o pagamento.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Eu me dou por satisfeito, Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado.

Com a palavra o nobre Deputado Chico Alencar, que é o representante do PSOL, autor da representação contra o Deputado Olavo Calheiros. Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agradeço ao Presidente, Deputado Ricardo Izar, de longa convivência, desde a Legislatura passada, nesse ambiente que é sempre incômodo, pois o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar envolve colegas quando funciona. O nosso sonho é que ele seja inócuo, nunca iníquo.



O Deputado Izar pontuou bem: “*representando o PSOL*”, partido que solicitou o processo disciplinar contra o Deputado Olavo Calheiros. Então, reitero que não há nenhuma atuação do ponto de vista das personalidades, das figuras e dos indivíduos. Eu represento um ente, um partido político, que é o único que tem poder para fazer uma representação — e se tiver Parlamentares, o que, felizmente, é o caso do jovem PSOL.

E, na condição de Líder, aqui estou com muita honra, cumprindo essa tarefa, dizendo que a minha presença aqui tem de ser sempre conciliada com um sem-número de atividades. E soube que fui muito criticado, como já havia sido anteriormente, pelo nobre Relator, na sessão em que eu estava, por não ter comparecido à última reunião do Conselho que julgava um outro processo, também apresentado pelo PSOL — aliás, julgava, não, fazia a oitiva do Deputado Paulo Magalhães, se eu não me engano, porque eu tinha 3 compromissos ao mesmo tempo. Aí, já veio aquela crítica costumeira: “*Como não tem televisão, o PSOL*” — ou o Deputado Chico — “*não apareceu*”.

Bom, cada um pense como quer do outro colega, mas eu quero dizer que a luz que queremos jogar aqui é a do esclarecimento. É nesse sentido que pergunto ao representante da Schincariol, mais do que ao Sr. José Domingues: o eixo da defesa do Deputado — são 8 perguntas, eu não sei se faria em seqüência ou só registraria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Houve uma falha da nossa Assessoria: o nome do representante da Schincariol é José Domingues Francischinelli.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Francischinelli. José Domingues. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Foi um erro da própria Schin.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Está certo.

Presidente, eu faço as 8 perguntas, ou o Sr. José Domingues...

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Eu prefiro que o senhor faça uma por vez.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Está bom.



O Deputado Calheiros centra a sua defesa dizendo que a sua atuação Parlamentar é absolutamente transparente e que tudo que ele fez na sua vida visava, até nas suas intermediações, aos legítimos interesses do povo do Estado de Alagoas. Em que medida o senhor considera a instalação da sua indústria na cidade de Murici incluída entre esses legítimos interesses? Qual o contexto da expressão social da sua empresa lá?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Bom, a Schincariol adquiriu uma fábrica já instalada. E, no caso, quando nós adquirimos a fábrica, ela tinha cerca de 65 funcionários. Hoje, ela tem cerca de 100 e está indo para 110 — isso empregos diretos —, depois gera vários empregos indiretos nas áreas de segurança, transporte, transporte de funcionários, transporte de carga, limpeza, conservação, assistência, assistência social, fornecimento de cesta básica, assistência médica, enfim, de todos os benefícios que a empresa dá para os seus funcionários, gerando renda, emprego e impostos na região.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A empresa recebeu doação ou firmou algum tipo de contrato com a Prefeitura de Murici, em qualquer aspecto, inclusive o uso do terreno, e a Prefeitura transferiu a posse ou o domínio de algum terreno para a empresa ou alguma consorciada?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Quando a Schincariol adquiriu a empresa, ela já estava funcionando, ela já tinha incentivos fiscais do Estado e tinha o terreno onde está, que é um terreno doado pela Prefeitura. Mas essa é uma prática de concessão de incentivos, é uma prática normal nos Estados do Norte e do Nordeste. Por exemplo, no Rio de Janeiro, onde a Schincariol também está instalada, nós temos incentivos do Estado. É uma prática normal. Na realidade, isso faz com que o desenvolvimento vá para o Norte e o Nordeste também.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O fato de o Prefeito à época ser irmão do Deputado Olavo não foi considerado nenhum impedimento, nenhum problema?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Deputado Chico Alencar, quando a Schincariol adquiriu a fábrica, ela já estava instalada, a concessão desse terreno foi feita anteriormente, na época em que o Deputado Olavo era proprietário. Eu não sei realmente quais foram as tratativas. Eu afirmo que, pelos registros



contábeis, o terreno foi doado pela Prefeitura, mas também reafirmo que essa é uma prática normal de incentivos, que são concedidos pelos Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, para instalação de fábricas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor mencionou aí isenções, estímulos fiscais ou tributários da Prefeitura e do Estado de Alagoas. Quais seriam esses hoje?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Do Estado de Alagoas é concessão e incentivo fiscal sobre o valor do ICM devido; da Prefeitura é taxa de licença, cujo valor é insignificante, pequeno, parece-me que por um prazo de 5, ou 10 anos, não tenho certeza neste momento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - No caso do ICMS, quanto é e qual o período?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - O valor do ICMS é um crédito presumido de 50% sobre as saídas, o valor do ICMS devido nas saídas, o prazo, se eu não me engano, é 15 anos, não tenho certeza, mas acho que é de 15 anos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E esgota quando, se forem 15 anos?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Dois mil e três, 2017, 2018, talvez. Dependendo da reforma tributária, talvez até se extinga antes.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Houve alguma alteração no contrato social da empresa, aumentando o capital social da empresa da qual os senhores adquiriram a fábrica?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - O senhor diz antes da aquisição ou depois?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Antes.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Antes da aquisição, houve alguns aumentos de capital, acho que por novos recursos colocados na empresa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não sabe os números? Não os tem?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - De cabeça, não tenho, mas eu lhe digo que, quando nós adquirimos a empresa, ela já tinha feito o contrato social inicial e algumas alterações.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A empresa Conny ao ser adquirida tenha alguma pendência judicial, algum problema de ordem contábil?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - É, a contabilidade registrava alguns débitos, não são débitos assim estratosféricos, mas valores relativamente pequenos, e a Schincariol assumiu esses débitos, descontou no valor da compra, assumiu esses débitos, e eles foram liquidados dentro de 30 a 60 dias.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Os senhores tiveram ciência de que teriam desaparecido da Junta Comercial de Alagoas, em julho de 2007, 6 alterações contratuais e 5 atas de reunião de diretoria da empresa Conny?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Olha, nós temos todo o histórico de contratos e alterações. Os documentos que nós recebemos nós temos em arquivo. Desconheço essa informação da Junta Comercial. A Schincariol, através da empresa Conny, não foi notificada a apresentar nenhuma cópia do contrato social e posteriores alterações. Nós não temos nada disso notificado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor falou que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, quero aproveitar a pergunta do Deputado Chico Alencar e pedir à Schincariol que apresente, se possível, cópias desse contrato que S.Exa. diz que desapareceu — porque não foi noticiado — da Junta Comercial de Alagoas, já que a Schincariol tem. Portanto, se for possível, se não houver nenhum segredo nesse documento, que apresente essas cópias.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por isso eu coloquei no condicional: *“teria desaparecido”*.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Olha, eu...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não sei se desapareceu. Mas é bom esclarecer.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - A Junta Comercial deve ter arquivo de todos os documentos lá. Imagino que tenha. Requerer... Também acho estranho isso, que a Junta Comercial... Eu não tenho conhecimento disso, e nem para a Schincariol foi requisitado.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O advogado é o Dr. José Fragoso, não é? Por um momento eu o confundi com o Deputado Wladimir, porque S.Exa. está tão incomodado com as perguntas que eu faço...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - (*Ininteligível.*) É porque eu não gosto de injustiça.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Perguntar não ofende, a não ser as mentalidades autoritárias e truculentas. O meu papel aqui é o de colaborar com o processo disciplinar e até com a qualidade da investigação...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - (*Ininteligível.*) Especialidade do PSOL.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, a especialidade do PSOL não é nenhuma outra, a não ser fazer a boa política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar, por favor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois é. Um Conselheiro que revela não ter independência nenhuma não é bom para o Conselho de Ética.

O senhor já mencionou isso aqui, pelo que me foi informado, mas eu queria precisar um pouco mais. A empresa tem dívidas — e, se tem, de que montante aproximadamente — com órgãos federais, como INSS, Receita Federal? Essa é uma indagação. Conseqüente a ela, indago: há algum tipo de relação política, o que chamam comumente, e não é um juízo de valor, de *lobby* da empresa junto a órgãos do Poder Público e do Legislativo?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Com relação a dívidas, a Schincariol tem um dívida inscrita de 9 milhões e 911 mil. Dez milhões. Essa dívida inscrita está no PAES — Parcelamento Especial — e está com o depósito judicial. Então, não tem nenhuma dívida inscrita exigível. Por quê? Ou...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas essas dívidas são com que órgãos?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - INSS, não tem nada. INSS, dívida inscrita, não tem nada. Tem uma dívida com o INSS, uma discussão, não dívida, de autos de infração. O maior valor desse auto de infração é decorrente de responsabilidade solidária. Como eu já disse anteriormente, a construtora que



construiu as fábricas de Recife e de Alexânia, segundo o INSS, não cumpriu integralmente suas obrigações. Então, o INSS autuou esse empresa e colocou a Schincariol como responsável solidário, na medida em que a Schincariol serviu-se dos serviços dessa construtora. Essa construtora foi autuada, está se defendendo, está ainda na fase administrativa. Se ela perder e não pagar, o INSS talvez vá executá-la, a Receita Federal vá executá-la, e, caso ela não pague, talvez venha para a Schincariol. A Schincariol vai se defender e, se for o caso, pagar.

Não sei se o senhor estava aqui na hora em que eu fiz a colocação, 18 milhões de reais é um valor significativo para qualquer um e é também para a Schincariol. Só que a Schincariol, apenas de impostos sobre vendas, no ano passado, recolheu 1 bilhão e 600 milhões. Quer dizer, então, esses 18 milhões são um pouco mais de 1% desse faturamento e, certamente, menos de 1% do que vai recolher em 2007. Mas é uma dívida. É uma dívida. Se a construtora perder o processo, se ela não pagar, se vier contra a Schincariol, nós teremos de honrar. Mas temos condições de honrar isso tranquilamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Passo às 2 últimas indagações.

Com relação à compra da Conny, a Schincariol considera que, dentro dos conceitos de mercado capitalista vigente no País, ela fez uma compra boa, razoável, pagou a menos, pagou a mais? Por que isso? É óbvio que este — desculpe-me dizer o óbvio, mas não está se analisando, julgando a Schincariol — não é o espaço para isso, nem estamos “mandatados” para tanto aqui no Conselho de Ética. É um processo disciplinar contra o Deputado Olavo Calheiros, que vai ter seu curso, seu termo. O Conselho vai decidir. De qualquer forma, claro, há o vínculo — e o senhor não está aqui por acaso, por um raio em céu azul.

Como ele teve uma evolução patrimonial muito sensível, de mais de 7.000%, o senhor considera — e a minha pergunta anterior tem a ver com isso — que essa compra foi boa para a empresa, boa para o vendedor? Por que razão?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - O valor que a Schincariol... A Schincariol fez uma avaliação, e o mesmo Departamento de Engenharia, o departamento técnico que fez a avaliação da Conny, fez a avaliação da Igarassu, fez a avaliação da Baden Baden e fez a avaliação da Devassa. Então, foi o mesmo departamento. O valor da operação, o valor inicialmente pedido pelos vendedores foi



de 38 milhões. A Schincariol não aceitou pagar 38 milhões. A Schincariol fez uma avaliação e, quando esse valor veio para um valor que a Schincariol entendeu razoável, que estava justo, assumiu e comprou. Se a Schincariol tivesse a intenção de fazer algum benefício, conceder alguma vantagem para os vendedores, a Schincariol não teria pago essa compra em 36 meses, mais uma parcela final no 37º mês, que vai ser em 20 de julho de 2009, com juros, de acordo com 50% da variação do INPC e IGPM. Na época, em maio, abril, maio de 2006, o IGPM chegou a dar negativo, enquanto que a taxa básica do Banco Central dava 15,75. Se houvesse a intenção de beneficiar alguém, teriam colocado a taxa referencial do Banco Central, e não metade do IGPM e metade do INPC para formar um todo que poderia deslocar ou não o índice. De maneira cautelosa, nós pegamos metade de cada um. A média é sempre o mais razoável para esses casos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor mencionou um fornecedor de maquinário, se não me engano, que teria indicado essa compra. Qual é essa empresa?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim. O fornecedor é o Sr. Mário Garrafa, de Sertãozinho, São Paulo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - São Paulo. Ele é que falou...

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Ele é um fornecedor. Está sempre lá na fábrica oferecendo, discutindo. Ele ficou sabendo que a Schincariol tinha esse interesse e sugeriu que a Schincariol verificasse.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A empresa, como é da norma legal, possível pela norma legal, doou, fez contribuições na últimas eleições, se não me engano, num total superior a 1 milhão e 700 mil reais, para diversos candidatos. Há algum critério específico regional ou social para essas doações de campanha?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - A empresa, o Grupo Schincariol doou mais de 8,5 milhões no ano passado. A Schincariol doa para diversos candidatos, aqueles candidatos que possam representar bem a comunidade que eles representam. O objetivo da Schincariol é esse. A Schincariol faz doações como qualquer outra empresa faz. E todas as doações que a Schincariol fez estão registradas no TSE.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o critério, então, é aqueles que a empresa considere que representam bem?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não a empresa, representam bem a comunidade, que possam defender os interesses da comunidade que eles representam.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. Mas, aí, a avaliação é interna, subjetiva, digamos do corpo diretor.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim, na realidade, a Schincariol faz as doações de acordo com aquelas pessoas que mais possam representar a comunidade que eles estão representando. Evidentemente, isso para o Brasil todo, sem nenhuma outra conotação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - No curso desse processo, por fim, a empresa, não sei se através do senhor ou de outros diretores, procurou Parlamentares aqui, a partir do momento em que o processo disciplinar começou, que a empresa foi mencionada, ela solicitou sua oitiva? Houve gestões junto a Parlamentares para conversar, apresentar informações?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Nós estivemos com o Presidente, Deputado Ricardo Izar. Na ocasião, nós também mostramos para S.Exa. esse *book*, que tem todos os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para esclarecer: eles nos procuraram, estávamos eu e outros Parlamentares, e nos entregaram esse documento. Isso há um mês e meio, mais ou menos.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Mais ou menos. Esse documento ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aliás, foi muito útil para nós.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - ... tem todas as certidões, tem as dívidas, tem a avaliação, tem o rol dos equipamentos, do ativo da empresa, tem fotos da fábrica, foto externa, interna, galpão, máquinas, equipamentos, laboratório.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Está bem. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, pela ordem.



O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Eu tenho um profundo respeito pelo PSOL. Não sou daqueles que ficam atirando pedra no partido. É importantíssimo o PSOL para a democracia brasileira e ele tem o meu profundo respeito. Digo isso com toda sinceridade.

Só queria constatar aqui que eu fui o primeiro Relator desse processo e fui julgado suspeito. E, coincidentemente, as mesmas perguntas que o Deputado Chico Alencar fez eu também fiz. Recebi uma doação de 50 mil reais da Schincariol, que foi feita através de um amigo meu, que os conhece e me indicou, e eu tive essa doação.

Eu só queria registrar que as mesmas perguntas que o Deputado Chico Alencar fez eu fiz. Eu considero até que as minhas foram mais duras com a Schin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu consulto o nobre Relator sobre se ainda deseja fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para esclarecer. Então, já houve uma outra oitiva da representação da Schincariol?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já, já teve, e inclusive ouvimos o Deputado Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, isso eu sei. Eu estou falando da representação da Schincariol. Houve outra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, porque o Deputado Sandes Júnior falou...

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Não, mas as perguntas que eu fiz agora, quinze minutos atrás e V.Exa. repetiu, para provar que, apesar de ter recebido doação, eu não tenho nenhum rabo com a Schin.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, sim!

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Ainda há pouco o nobre Deputado Chico Alencar, tentou colocar em xeque a minha independência. Eu quero declarar aqui que tenho o maior respeito pelo PSOL, vejo-o como um pequeno grande partido que presta relevantes colaborações ao País. Lamento que a Presidenta do seu



partido hoje seja uma condenada pela Justiça. Hoje, ela está numa situação muito delicada. E nós lamentamos, porque o PSOL é um grande partido, que está crescendo, filiando muita gente, que a Senadora Heloísa Helena hoje seja uma condenada da Justiça — 1 milhão de reais. Isso é extremamente grave. Mas, tirando a Heloísa Helena, todos os demais eu respeito pela sua idoneidade ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Presidente, só para esclarecer. Eu não vou entrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bom.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Deputado Wladimir é bravo, mas é bom. Hoje é o dia das coincidências. O Deputado Sandes Júnior disse que eu fiz as mesmas perguntas que fez, e o Deputado Wladimir fez a mesma acusação que o Senador Renan Calheiros fez naquela sessão secreta, à qual tive acesso. A questão que envolve a ex-Senadora Heloísa Helena atingiu vários Parlamentares de algumas Assembléias Legislativas do Nordeste, a partir de algo que, volta e meia, paira sobre a nossa cabeça: a “tributalidade” — se me perdoem a expressão — de verbas indenizatórias, de certos recebimentos. Todos nós vivemos isso. Uma juíza, há pouco tempo... Mas é só para dizer que ela não subtraiu nada do Erário, é apenas uma questão que, inclusive, ainda não tem definição total.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Para finalizar, Presidente, eu queria perguntar à Schincariol sobre aquele episódio com a Polícia Federal, que evidentemente trouxe um desgaste à sua imagem, o que significa para a empresa estar sentada aqui prestando esses esclarecimentos, em termos empresariais, embora ainda seja uma empresa familiar. Se fosse uma empresa de ação aberta, isso, evidentemente, traria um prejuízo muito grande de ações na Bolsa etc. O prejuízo é menor, porque a empresa ainda é familiar, mas tentando ser uma empresa mais profissionalizada.



Existe um prejuízo para a imagem da empresa, num caso desse aqui especificamente? O caso da Polícia Federal foi muito divulgado. Esse aqui, mais ou menos divulgado.

Então, nós queríamos o relato do senhor sobre o que a empresa pensa.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Olha, a empresa tem muitos fatos positivos. E eu acho que esse fato é um fato negativo que está ocorrendo. Não faz bem para a imagem da empresa. Mas eu acho que a empresa tem condições de esclarecer tudo, e a empresa acredita no Conselho de Ética e está aberta a prestar todos os esclarecimentos necessários. E eu acho que a Schincariol tem condições, repito, de esclarecer, demonstrar a verdade dos fatos. É desagradável. Já faz 3 meses que nós estamos na mídia injustamente. Isso cria uma certa revolta porque os fatos em nada procedem. Se o senhor analisar a reportagem, basicamente, ela não reflete a realidade. Mas, fazer o quê? Nós estamos aí e temos de enfrentar. Quem está na atividade empresarial no Brasil está sujeito, muitas vezes, a esses dissabores. Nós temos de enfrentar de cabeça erguida e procurar demonstrar realmente toda a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nobre Relator, as últimas perguntas, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, eu tenho mais uma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mais uma pergunta?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Mais uma, com relação ao incentivo.

O Deputado Chico Alencar insiste muito nessa história dos incentivos. Isso é uma prática comum. Eu fui do Conselho de Industrialização do Estado de Minas Gerais — e sabemos muito bem como é que isso funciona. E, portanto, se há alguma dúvida dessa natureza, eu acho que não cabe Congresso Nacional, ou à Câmara dos Deputados analisar. Cabe, evidentemente, à Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, que aprova lei nessa direção.

Quero apenas dizer o seguinte: o Estado do Rio Grande do Sul, na época do Governo Olívio Dutra, perdeu a Ford para a Bahia. Essa guerra fiscal, Deputado, não é aconselhável. Quer dizer, é uma guerra que dá prejuízo a todo o País. Mas ela é real, ela existe. E, enquanto não fizermos aqui a chamada reforma tributária, ela vai continuar existindo, lamentavelmente.



Quero também entrar um pouquinho na defesa do nosso companheiro Deputado Wladimir, pela crítica do Deputado Chico Alencar, e dizer o seguinte: acho que a beleza do Conselho é ele ser eclético mesmo, quer dizer, cada um pensar de uma forma. Já pensou se o Brasil pensasse apenas como o PSOL? Eu acho que não seria bom. Então, Deputado Chico Alencar, o seu pensamento é importante para o Conselho, como também o pensamento do Deputado Wladimir, sem prejuízo, evidentemente, dentro da linha de S.Exa., de nós fazermos justiça. Mas nós temos de ter um pouco de responsabilidade, também, com o País e com as empresas. Eu acho que ao apresentar uma denúncia, fazer uma denúncia dessa natureza, é preciso ter o mínimo de conteúdo. Se não tiver o mínimo de conteúdo, se for baseada apenas no que a imprensa diz, eu acho que aí nós estamos cometendo um erro e prejudicando, evidentemente, o Brasil.

Então, só gostaria que o PSOL fizesse também essa reflexão.

Bom, é isso aí, Sr. Presidente, que eu queria deixar.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos ouvir o Relator.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Não, mas é exatamente com o Relator. Eu gostaria de ponderar, pedir, abusar até um pouco dessa sensibilidade carinhosa do nobre Deputado José Carlos Araújo, para pedir que S.Exa. verifique se há a possibilidade de antecipar a votação — parece-me que está marcada para o dia 18 — para o dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ainda faltam, vamos dizer assim, alguns caminhos a passar. Nós vamos inclusive, o Relator e eu, fazer uma visita na fábrica.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - O Deputado Sandes já se dispôs...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, nós vamos marcar a data. Eu não estou com o processo na mão. Vamos verificar se nós temos problema de oitivas de testemunhas ou não. E, o mais depressa possível, nós vamos encerrar. O nosso objetivo é esse.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Dar celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não havendo mais empecilho, nós vamos encerrar o mais depressa possível.



O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Está certo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E nós vamos ficar nas mãos do Relator. É S.Exa. que decidirá, posteriormente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, só para esclarecer. Não há data marcada. Eu não marquei nenhuma data. Pelo amor de Deus! Não há nenhuma data marcada, até porque nós temos alguns caminhos a percorrer ainda. Inclusive faço neste instante a V.Exa. requerimento verbal de uma ida da Comissão — e eu não gostaria de ir sozinho, mas que o Presidente me acompanhasse — para que pudéssemos fazer uma visita à fábrica da Schincariol.

É o requerimento que faço neste instante a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Esse requerimento já foi, inclusive, aprovado, e eu só vou definir a data.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, só para informá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, eu não aceitei a data, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Não, só para informar o seguinte: a data previamente marcada por V.Exa. é a do dia 18.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, não.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Dia 18, quinta-feira que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu não marquei a data ainda. Vou marcar hoje a data e comunicar a V.Exas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O Deputado Chico Alencar tocou num caso importante: incentivos fiscais. E, aí, Presidente, vou falar um pouco e vou perguntar se a Schincariol tem incentivos fiscais em outras fábricas em outros.

Deputado Chico, na minha longa vida pública eu passei por alguns órgãos. Um deles foi um órgão de fomento na Bahia, o Centro Industrial de Aratu, de que fui diretor. E naquela época vivemos o advento da SUDENE, os incentivos da SUDENE. E passamos alguns dissabores, porque algumas indústrias, algumas fábricas, sediadas no Sul Maravilha, sem nenhum demérito para o Rio e São Paulo, pegavam os incentivos e transferiam suas fábricas velhas, obsoletas, em São Paulo, para o centro de industrial de Aratu. Funcionavam pelo tempo do incentivo, 10 anos,



e, depois, iam embora. E, até hoje, uma parte do Centro Industrial de Aratu é um cemitério de indústrias.

Quero perguntar ao representante da Schincariol se em outros Estados onde as fábricas foram construídas, no Nordeste, tiveram o mesmo tipo de incentivo que tem a Conny lá em Alagoas.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Todas as fábricas da Schincariol, com exceção da fábrica de Itu, são incentivadas. Inclusive a do Rio de Janeiro. Não acredito em desenvolvimento...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A do Rio de Janeiro também?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Também.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A terra do nosso amigo Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, só o seguinte: não estou discutindo aqui incentivos fiscais, que é uma guerra entre os Estados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nem eu também.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A questão é relação empresa/mandatários de Poder Público/Prefeito, irmão do Deputado/Deputado que faz o negócio com a empresa. Não é o incentivo fiscal em si, porque, aí, seria um assunto para a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, tributos. Só para esclarecer.

No Rio de Janeiro, eu conheço a fábrica, que fica perto de Cachoeiras de Macacu.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Cachoeiras de Macacu. Exatamente.

O SR. DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Conheço de passagem. Não estou querendo nem ser convidado para visitá-la.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, a pergunta foi exatamente o seguinte: se a empresa Conny teve incentivo fiscal porque era do Deputado Olavo Calheiros, porque era do Prefeito, ou se outras fábricas lá e no País, onde o Deputado Olavo Calheiros não tem nenhuma ingerência, como na Bahia, por exemplo... Aliás, o critério usado pela Schincariol, quando disse que... Senti-me até um pouco ofendido, porque eu acho que represento o meu Estado



muito bem e não entrei nesse critério da Schincariol de ser beneficiado na campanha, Deputado Chico Alencar. Não tive nenhuma ajuda e acho que a Schincariol não avaliou bem os representantes, porque eu represento bem a Bahia e trabalho muito pelo Estado, mas não recebi, absolutamente, nenhuma doação da Schincariol.

Portanto, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Se servir de consolo, pelo visto a Schincariol não considera que nenhum Parlamentar baiano representa bem a comunidade. Só de São Paulo, Alagoas, Maranhão, Goiás e Paraná.

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - É, mas acho que V.Exa. verificou, Deputado, que fizemos doações a outros candidatos a outros cargos. Na realidade, a Schincariol também não tem recursos para atender todos os bons representantes da população e fazer doações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Claro. Obrigado pela parte que me toca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pergunto ao Dr. José Fragoso se deseja fazer alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, deixe-me concluir, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Rapidamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Rapidamente.

A empresa recorreu, recebeu apoio vindo de fora do grupo Schincariol? Algum político, nesse processo, ajudou a Schincariol no que tange a impostos, trânsitos na Receita Federal, no INSS, ou em algumas dessas coisas aí em que, como sabemos, há tráfico de influência? A Schincariol recorreu a algum político, em especialmente ao Deputado Olavo Calheiros?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Absolutamente. A Schincariol não solicitou ajuda a nenhum político para administrar, cuidar dos seus débitos junto ao INSS, à Receita Federal. Absolutamente. A Schincariol não recorreu a ninguém.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por último: o Deputado Olavo Calheiros foi beneficiado pela Schincariol na sua campanha política com alguma doação?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Foi. Fizemos uma doação de 200 mil reais para o Deputado Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, dou-me por satisfeito. Todas as perguntas que fiz foram respondidas.

Quero agradecer ao representante da Schincariol, que foi muito solícito em nos atender e respondeu a todas as perguntas que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de encerrarmos, quero agradecer ao Sr. José Domingues Francischinelli e aos Srs. Deputados, e lembrá-los que teremos uma reunião na terça-feira, dia 16 de outubro, às 14h30min, para a leitura do relatório do Deputado Moreira Mendes, Relator da representação instaurada contra o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Questão de ordem, Sr. Presidente. Só uma coisa que escrevi e não perguntei.

A Baden Baden foi comprada também pela Schincariol?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Pela Schincariol.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - No caso das duas outras empresas, a Schincariol deixou o nome fantasia, e o nome do refrigerante não interessou a ela?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Não interessou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas nesse caso interessou?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim. A Baden Baden é uma marca muito bem situada, muito bem posicionada no mercado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A fato de a marca Baden Baden influenciou no acréscimo do preço da fábrica?

O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Sim. Na realidade o que compramos da Baden Baden e Devassa foi a marca.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Diferentemente da Conny, de que o senhor comprou as instalações?



O SR. JOSÉ DOMINGUES FRANCISCHINELLI - Da Conny, compramos capacidade instalada. Da Baden Baden e Devassa, compramos marca.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) Agradeço a todos.
Está encerrada a reunião.